

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.443.254 - RS (2019/0029696-4)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE** : **IVAR DALL AGLIO**  
**AGRAVANTE** : **ROSANE COSTELLA DALL AGLIO**  
**ADVOGADOS** : **ENERI LUIZ SCORSATO - RS016820**  
                  **SIEGMAR WEGERMANN - RS027884**  
                  **EDUARDO HEITOR PORTO - RS045729**  
                  **CÁSSIA MARCON E OUTRO(S) - RS086615**  
**AGRAVADO** : **ERINO COSTELLA**  
**ADVOGADOS** : **CAROLINA MENEGON - RS090506**  
                  **Elesandra Maria da Rosa E OUTRO(S) - RS095371**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. AÇÃO DE COBRANÇA. PARCELAS REFERENTES A COMPENSAÇÃO E DIREITO DE REGRESSO. PRESCRIÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

1. No caso, a parcela que o autor pretende ver "compensada", está prescrita segundo a previsão do art. 206, § 5º, I, do CCB. 2. A outra parcela correspondente ao ressarcimento, adstrita nos termos do acordo firmado judicialmente, está fulminada pelo prazo do art. 206, §3º, V, do CCB.

NEGARAM PROVIMENTO AO APELO. UNÂNIME.

Nas razões de recurso especial, alega a parte agravante violação dos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil; 205 e 206, § 5º, I, do Código Civil.

Assim posta a questão, observo que o acórdão recorrido se manifestou de forma suficiente e motivada sobre o tema em discussão nos autos. Ademais, não está o órgão julgador obrigado a se pronunciar sobre todos os argumentos apontados pelas partes, a fim de expressar o seu convencimento. No caso em exame, o pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões do acórdão recorrido. Afasto, pois, a alegada violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC.

Quanto ao mais, o acórdão recorrido está em consonância com o

entendimento do STJ no sentido de que é aplicável a prescrição quinquenal, inserta no artigo 206, § 5º, I, do Código Civil, em ação de cobrança de dívida líquida constante em instrumento público ou particular. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. OUTORGA DE ESCRITURA DEFINITIVA. AUSÊNCIA DE OMISSÕES E DE DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO. PRETENSÃO DE COBRANÇA DE DÍVIDA LÍQUIDA. INSTRUMENTO PARTICULAR. PRESCRIÇÃO RECONHECIDA. PRECEDENTES DO STJ. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE PROVAS E DO CONTRATO FIRMADO. ASTREINTES. REDUÇÃO. NÃO CABIMENTO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO PELA INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

[...]

2. De acordo com a jurisprudência consolidada neste Sodalício, o prazo prescricional a que se submete a pretensão de cobrança de dívidas líquidas e certas, constantes de documento público ou particular era, ao tempo do Código Civil de 1916 de 20 anos (artigo 177) e, a partir do Código Civil em vigor, de 05 anos (artigo 206, § 5º, I). Precedentes.

3. A análise das razões recursais e a reforma do aresto hostilizado, com a desconstituição de suas premissas como pretende o recorrente, demandaria reexame de todo âmbito da relação contratual estabelecida e incontornável incursão no conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial. Súmulas 5 e 7 do STJ.

[...]

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1199885/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 20/3/2018).

AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - COMPRA E VENDA - COBRANÇA DE DÍVIDA LÍQUIDA - SÚMULAS 5 E 7/STJ - PRESCRIÇÃO - ACÓRDÃO ESTADUAL EM HARMONIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE -

RECURSO IMPROVIDO.

(AgRg no REsp 1.190.552/RJ, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, DJe 10/10/2012).

E, no que se refere à reparação de dano:

AGRAVO INTERNO NOS RECURSOS ESPECIAIS. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CPC/73. PREVIDÊNCIA PRIVADA. CESSAÇÃO E RESTITUIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES VERTIDAS POR ASSISTIDOS DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA.

1. Tratando o pleito de restituição de valores fundado em enriquecimento sem causa, o prazo prescricional aplicável é o disposto no artigo 206, § 3º, inciso IV, do Código Civil de 2002.

2. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt no REsp 1655345/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/06/2019, DJe 27/06/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE CESSAÇÃO E DEVOLUÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES FEITAS PARA COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA SOB A ALEGAÇÃO DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO - PRESCRIÇÃO TRIENAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DOS AUTORES.

1. Cuidando-se de pretensão fundada no enriquecimento sem causa, embasada apenas nos arts. 884 e 885 do CC/02, o prazo prescricional a ser aplicável é o trienal previsto no art. 206, § 3º, inc. IV, do Código Civil de 2002.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1717109/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 20/11/2018)

Aplica-se ao caso a Súmula 83/STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, majoro

# *Superior Tribunal de Justiça*

em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora